



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1631084 - SE (2019/0359574-6)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : UNIÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : WELLINGTON SABACK RIBEIRO JÚNIOR - SE003587
AGRAVADO : PEDRO ARLENO DOS SANTOS
ADVOGADO : LUCIANA BAGDEDE DEDA - SE008818

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Ação: declaratória de nulidade de cláusulas contratuais cumulada com restituição de valores, ajuizada por pelo agravado em face de **UNIÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**.

Decisão de admissibilidade do TJ/SE: inadmitiu o recurso especial por ser fundado em:

- i) incidência das Súmulas 5 e 7, ambas do STJ; e,
- ii) consonância entre a conclusão do acórdão de origem e o entendimento jurisprudencial desta Corte Superior (Súmula 83/STJ).

ARESP de UNIÃO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA: limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, a par de sustentar a invasão da competência constitucional do STJ, não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos referidos óbices.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 12% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 491) para 14%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora